

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Teto do INSS tem reajuste de 3,90%

Novo valor para o benefício máximo de aposentados e pensionistas tem correção abaixo do IPCA e passa para R\$ 8.475,55

» PEDRO JOSÉ*

Novo teto para os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passou de R\$ 8.157,41 para R\$ 8.475,55, considerando a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 2025, que foi de 3,90% — abaixo da inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulada no ano passado, de 4,26%. O novo valor foi oficializado por portaria do governo federal publicada, ontem, no *Diário Oficial da União (DOU)*.

A portaria do Executivo também atualizou as faixas de contribuição ao INSS para trabalhadores empregados, domésticos e avulsos.

A portaria de ontem também atualizou as faixas de contribuição ao INSS para trabalhadores empregados, domésticos e avulsos, as alíquotas passaram a ser de 7,5% para quem recebe até R\$ 1.621; de 9% para rendimentos entre R\$ 1.621,01 e R\$ 2.902,84; de 12% para salários de R\$ 2.902,85 a R\$ 4.354,27; e de 14% para valores entre R\$ 4.354,28 e R\$ 8.475,55.

As contribuições relativas aos salários de janeiro serão recolhidas em fevereiro.

Conforme o calendário do INSS, os beneficiários e aposentados comecem a receber os valores corrigidos em fevereiro.

Atualmente, mais de 12,2 milhões de segurados da Previdência Social recebem valores acima do piso nacional do salário mínimo.

A correção do piso do INSS acompanhou o aumento do salário mínimo, que foi reajustado em 6,79%, neste ano, para R\$ 1.621.

Na avaliação do professor Davi Lelis, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o reajuste de 3,9% segue a regra prevista em lei, baseada no INPC, mas não acompanha o aumento efetivo

Marcelo Camargo/Agência Brasil



De acordo com especialistas, correção de benefícios previdenciários não acompanha a inflação do custo de vida dos idosos

do custo de vida enfrentado pela população idosa. De acordo com ele, existe uma diferença relevante entre o índice oficial de inflação e os gastos que mais pesam nessa fase da vida.

“Há uma inflação específica do idoso, concentrada em despesas que crescem com o tempo, como saúde, medicamentos e tratamentos. Esses custos não são totalmente capturados pelo INPC, o que faz com que, na prática, aposentados que recebem acima do mínimo percam poder de compra”, ressaltou o acadêmico.

Impacto limitado

O professor ressaltou que, mesmo com o reajuste, o impacto sobre o orçamento dos aposentados é limitado. “O aumento ajuda a aliviar a pressão no curto prazo, mas não resolve o problema. Quem, hoje, está na terceira idade gasta proporcionalmente mais com remédios e planos de saúde do que com itens básicos de alimentação. Há um processo de achatamento na renda previdenciária, em que pessoas que contribuíram sobre cinco ou seis

salários mínimos recebem hoje valores proporcionalmente menores”, explicou.

O mestre em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e especialista em contas públicas Murilo Viana também reconheceu que o reajuste de 3,9% aplicado aos benefícios acima do salário mínimo, apesar de respeitar a regra atual em vigor que segue a correção pelo INPC, não reflete, necessariamente, a realidade individual dos aposentados.

Na avaliação do especialista, o índice considera uma média

nacional de preços a partir de uma cesta de consumo padronizada, o que faz com que a inflação sentida por cada beneficiário possa ser bastante diferente.

“O INPC mede uma inflação média nacional, mas isso não significa que a inflação pessoal de cada aposentado seja a mesma. Se a pessoa mora em uma região onde o preço dos alimentos subiu mais, ou se determinados remédios e planos de saúde tiveram aumentos superiores ao peso que ocupam no índice, o impacto no consumo dela será maior”, afirmou.

» Governo exonera diretor do Dnit

O governo federal exonerou o diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit), Marcos de Brito Campos Júnior, quase um mês depois de ele ter sido alvo da Polícia Federal (PF) em mais uma fase da operação que apura desvios e corrupção no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A exoneração foi oficializada na *Diário Oficial da União (DOU)*, em edição extra publicada na noite de sexta-feira (9), de acordo com o jornal o *Estado de São Paulo*. A publicação informou que enviou, na mesma data, questionamentos a Marcos de Brito e ao Dnit sobre diálogos obtidos pela Polícia Federal que indicam pagamentos de propina em dinheiro vivo a ele, no período em que era superintendente do INSS no Nordeste. A PF informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que localizou diálogos sobre entregas de propina em dinheiro vivo para o diretor.

MERCADO FINANCEIRO

Apesar de intervenção no Fed, bolsas sobem nos EUA; e B3 recua 0,13%

» RAPHAEL PATI

Com uma investigação criminal em aberto sobre o presidente do Federal Reserve (Fed, o Banco Central dos Estados Unidos), Jerome Powell, as principais bolsas de valores norte-americanas abriram em queda, ontem, com receio de uma possível interferência do presidente dos EUA, Donald Trump, na autoridade monetária da maior economia do planeta. Apesar da turbulência inicial, todos os índices viraram para alta durante a tarde e fecharam no azul. O índice Standard & Poor’s (S&P) 500 encerrou o primeiro pregão da semana com uma alta de 0,16% e alcançou recorde nominal da série histórica, enquanto que os índices Nasdaq e Dow Jones tiveram valorizações de 0,26% e 0,17%, respectivamente.

Com o aumento do receio de investidores no mercado internacional, a onda negativa gerou respingos” nos mercados emergentes, como o brasileiro, onde houve saída de divisas ao longo do dia. Diante desse movimento, o dólar comercial fechou o pregão em alta de 0,12%, cotado a R\$ 5,37. Ao mesmo tempo, o Índice DXY, que mede a força da moeda norte-americana no cenário internacional, caiu 0,28%. Já o Índice Bovespa (IBovespa), principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), fechou em baixa de 0,13%, aos 163.150 pontos, com as ações dos principais bancos em queda.

A investigação sobre Powell foi aberta pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos, na manhã de ontem, e tem como centro um depoimento prestado pelo presidente do Fed no Senado, em junho de 2025, a respeito do projeto de reforma da sede do banco,

em Washington. O objetivo seria identificar se o presidente da instituição fez declarações falsas ao explicar os custos e as mudanças nesse projeto.

Apesar de ter criticado em diversas oportunidades o chefe da autoridade monetária, principalmente em relação ao não corte de juros em reuniões do Comitê de Mercado Aberto do Fed (Fomc, na sigla em inglês), Trump não teria instruído o órgão governamental a abrir investigação contra o chairman, de acordo com a secretária de Imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, que acrescentou, em entrevista ao canal de notícias Fox News, que o presidente é um “defensor da independência” do Fed.

“Sem precedentes”

Conhecido por geralmente não dar respostas às acusações do presidente, desta vez, Powell não ficou em silêncio e disse que o Federal Reserve recebeu a intimação do Departamento de Justiça e ameaçou apresentar uma acusação criminal contra o chefe da política monetária. Segundo ele, a conduta do governo é “sem precedentes” e acende um alerta sobre a autonomia do banco. “Isso é sobre saber se o Fed poderá continuar a definir as taxas de juros com base em dados e nas condições econômicas — ou se a política monetária será dirigida por pressão política ou intimidação”, afirmou.

Em entrevista ao canal de notícias CNBC, a ex-presidente do Fed Janet Yellen disse estar surpresa com o fato de o mercado não estar “mais preocupado” com as pressões de Trump sobre Powell e que a investigação do governo dos EUA tem um caráter “extremamente

Getty Images via AFP



Jerome Powell, presidente do Fed, é investigado pelo Departamento de Justiça



Acredito que estão indo atrás dele porque querem sua cadeira e querem que ele saia”

Janet Yellen, ex-presidente do Fed

intimidador” sobre a independência do banco central norte-americano. “Conhecendo Powell tão bem quanto conheço, as chances de ele ter mentido são zero. Estão indo atrás dele porque querem sua cadeira e querem que ele saia”, declarou Yellen, lembrando o caso em investigação pelo órgão estatal.

Para Nickolas Lobo, especialista em investimentos do Nomad, esse episódio pode ser visto como uma “ameaça significativa”, ao considerar o histórico de desavenças de Trump com a política monetária desde o início do atual governo. “A situação não gera apenas uma maior incerteza em relação à credibilidade institucional com a tentativa de minar a autonomia do Fed, o reflexo desencadeia também um maior questionamento sobre a trajetória de juros”, avaliou.

O especialista considerou, ainda, que à medida que um risco de interferência governamental no banco central se torna mais presente, os ativos americanos podem se tornar menos atrativos para os investidores e reforçar a tendência de diversificação global para opções mais conservadoras.

“No caso do Brasil, o efeito pode resultar em entrada de capital buscando oportunidades alternativas ao mercado americano, assim como outros emergentes, mas não necessariamente como um porto seguro. Contudo, se as taxas de juros norte-americanas de longo prazo subirem muito devido à incerteza política, isso pode acabar drenando liquidez de mercados como o Brasil e direcionando para outras alternativas mais seguras”, acrescentou Lobo.

ENERGIA

Lula aciona AGU e CGU e enquadra Enel

» FERNANDA STRICKLAND

Às vésperas do calendário eleitoral, o governo federal ampliou a pressão institucional sobre a Enel Distribuição São Paulo, após inúmeras interrupções no serviço de 2,2 milhões de residências na capital paulista em dezembro de 2025.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou a atuação conjunta da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Controladoria-Geral da União (CGU) no processo que apura falhas recorrentes na prestação do serviço de energia elétrica pela concessionária responsável pela Região Metropolitana de São Paulo. A decisão foi formalizada em despacho publicado no *Diário Oficial da União (DOU)*.

Na decisão, Lula estabelece que o Ministério de Minas e Energia atue de forma articulada com a AGU, a CGU e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para adotar “as medidas cabíveis e necessárias” a fim de garantir a prestação adequada, contínua e eficiente do serviço público de distribuição de energia. A iniciativa ocorre em meio ao agravamento das críticas à concessionária, especialmente após episódios de interrupções prolongadas no fornecimento.

O despacho também determina que a AGU elabore um relatório circunstanciado sobre todas as providências adotadas pela Enel São Paulo desde o primeiro episódio classificado como grave na prestação do serviço. Para isso, o órgão jurídico poderá lançar mão de medidas judiciais e extrajudiciais que considerar necessárias, ampliando o escrutínio sobre a atuação da empresa ao longo dos últimos anos.

A atuação da distribuidora, controlada pelo grupo italiano Enel, vem sendo alvo de questionamentos desde o fim de 2023. As críticas se intensificaram após a passagem de um ciclone extratropical,

no mês passado, que provocou danos severos à rede elétrica e deixou milhões de consumidores sem energia na região metropolitana de São Paulo. O episódio reacendeu o debate sobre a capacidade de resposta da concessionária diante de eventos climáticos extremos.

Processo

Em 2024, a Aneel instaurou um processo administrativo que pode culminar na caducidade da concessão da Enel São Paulo. Segundo a agência reguladora, a investigação passou a incorporar também a análise do apagão em larga escala ocorrido em 2025. O processo começou a ser analisado pela diretoria da Aneel em novembro do ano passado, mas a deliberação foi suspensa após um pedido de vista de um dos diretores. A retomada da discussão depende da conclusão do relatório final de fiscalização técnica sobre o último evento, que deverá embasar a nova apreciação do caso.

Além das medidas voltadas diretamente à concessionária, o despacho presidencial atribui à CGU a apuração de eventual responsabilidade de entes federativos envolvidos e da própria Aneel. O objetivo é esclarecer por que não houve uma atuação considerada tempestiva por parte dos órgãos competentes, apesar de reiterados pedidos do Ministério de Minas e Energia para a abertura de processo administrativo que apurasse as falhas no serviço prestado.

Para o advogado especialista no setor elétrico Urias Martiniano, sócio da UMN Advogados, a iniciativa do Planalto não altera o desenho institucional do setor elétrico. Segundo ele, a análise do contrato de concessão e das normas regulatórias deixa claro que a competência para instaurar processos de penalização e decidir sobre sanções é da agência reguladora.